

**NÃO  
AO AJUSTE  
FISCAL**

# PUCViva

Nº 959 - 24/8/2015

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

A APROPUC foi chamada pela Fundasp para uma reunião em 13/8, representada pelos professores João B. Teixeira e Beatriz Abramides, e por parte da Fundasp, o Secretário Executivo Pe. José Rodolpho Perazzolo e assessoria jurídica, Dra. Ana Paula Albuquerque Grillo e Dra. Renata Djehzian Mazzini, em que o Secretário Executivo comunicou a alteração da fórmula de cálculo para pagamento do salário dos professores, reduzindo o cálculo de cinco semanas/mês para 4,5 semanas/mês.

Pelo que apuramos, desde 1980, os salários são calculados obedecendo a seguinte fórmula: valor aula conforme categoria (auxílio ensino, assistência mestre, assistência doutor, associado, titular) x horas contratuais (40, 35, 30...) x cinco semanas + DSR (Descanso Semanal Remunerado calculado sobre cinco semanas, cf. conquista da categoria em Acordo Interno da APROPUC) + Adicional Noturno (quando cabível) + Quinquênios (quando cabíveis).

Padre Rodolpho informou que nossas folhas de pagamento foram analisadas pela atual empresa de auditoria contratada pela Fundasp (Ernst & Young), que apurou que a Fundação nos paga a mais, uma vez que CLT e Convenção Coletiva preveem uma base de quatro semanas e meia para o cálculo do salário docente e, portanto, ele encaminhava esta decisão.

O Secretário Executivo da Fundasp também nos

## FUNDASP QUER REDUZIR SALÁRIO DOS PROFESSORES

*Entidade mantenedora busca subterfúgio para mudar o cálculo dos contratos.*

mostrou um antigo documento assinado pelo vice-reitor Administrativo, professor Alípio Marcio Dias Casali, de 1/3/1986, que previa a aplicação da fórmula de quatro semanas e meia para cálculo dos salários docentes, que nunca foi efetivada.

A situação é grave, pois, se aplicado este cálculo, os professores sofrerão uma redução salarial de 10% - este 0,5 suprimido das cinco semanas representa uma redução mensal de 10% dos salários.

Mediante este comunicado, a diretoria da APROPUC se manifestou no sentido de que a medida fere direitos trabalhistas historicamente conquistados e consolidados. O Secretário solicitou nova reunião com a APROPUC no dia 19/8, para tomar ciência de nossa posição antes de ser rodada a folha de pagamento de agosto.

A diretoria da APROPUC se reuniu juntamente com sua assessoria jurídica, Dr. Alexandre Faria, reafir-

mando sua discordância em relação à medida. Nosso assessor embasou nossa discordância com a seguinte argumentação jurídica: "A pretensão da Fundasp afronta cabalmente princípios basilares do Direito do Trabalho já que viola o princípio da preservação da condição mais benéfica ou inalterabilidade contratual lesiva, bem como o princípio da irreduzibilidade salarial".

Ora, a fórmula de cálculo considerada pela Fundasp, desde 1980, incorporou-se aos contratos de trabalho, não podendo ser modificada em prejuízo dos empregados de forma unilateral pelo empregador. Veja-se que, o artigo 468 da CLT sequer permite alterações contratuais lesivas com o consentimento do empregado, quiçá falar-se em alteração unilateral neste sentido.

A Fundasp embasa a alteração da fórmula sob o entendimento de que a CLT e a Convenção Coletiva preveem uma base de cálculo de

quatro semanas e meia para o cálculo do salário docente, desconsiderando que ao ampliar benefícios legalmente previstos, não poderá revogá-los ou alterá-los.

A fórmula de cálculo dos salários sobre cinco semanas vem sendo utilizada em todos os contratos de trabalho, desde, pelo menos, 1980, e portanto, a este aderiram, como verdadeira contraprestação salarial. Neste sentido, a alteração prejudicial para proceder ao cálculo dos salários, utilizando-se de quatro semanas e meia implica em evidente redução salarial, vedado pela nossa Constituição Federal, conforme art. 7º, VI.

A garantia de preservação, ao longo do contrato, da cláusula contratual mais vantajosa ao trabalhador, se reveste na preservação dos direitos adquiridos, também constitucionalmente previstos, art. 5º XXXVI, CF/88, sendo a pretensão da Fundasp totalmente despropositada e desamparada por qualquer dispositivo normativo.

Na tarde de 19/8/15, a diretoria da APROPUC, representada pelos diretores João B. Teixeira, Beatriz Abramides, Regina Gadelha e Dr. Alexandre Faria, reuniu-se com o secretário executivo, Pe. José Rodolpho Perazzolo e Dra. Ana Paula Grillo, da assessoria jurídica da Fundasp, ocasião em que os diretores reafirmaram ser esta medida inaceitável, uma vez que atinge o patrimônio

Continua na página 2

### Continuação da página anterior

jurídico dos professores, posto que o pagamento com base em cinco semanas é assim realizado desde, pelo menos, 1980, conforme registram os hollerits dos professores.

Alexandre Faria, assessor jurídico da APROPUC, reafirmou os pontos acima colocados. Pe. Rodolpho declarou que imaginava ser este o posicionamento da APROPUC e, diante deste fato, pagará a folha na íntegra sem alteração, mas que a Fundação questionará judicialmente a fórmula de pagamento dos professores e, caso a Justiça lhe dê ganho de causa, aplicará a fórmula de quatro semanas e meia e exigirá reembolso dos valores dos últimos cinco anos pagos a todos os professores.

Respondemos ser estas medidas, caso adotadas, de enorme gravidade, pois entendemos que a redução da fórmula de cinco semanas para quatro semanas e meia, significa redução de 10% nos salários docentes e que a APROPUC entrará com medidas judiciais contestatórias a esse instrumento, posto que, do ponto de vista trabalhista, temos esse direito assegurado.

Professoras e professores, não podemos permitir que esta medida unilateral recaia sobre os docentes da PUC-SP, rompendo com direitos consolidados.

A APROPUC acompanhará e informará todo o processo chamando os professores tão logo a Fundasp entre com o instrumento jurídico para que, coletivamente, possamos enfrentar este violento ataque de destruição das relações de trabalho no sentido de garantir a manutenção dos direitos adquiridos.

**Diretoria da APROPUC**



ANDRESSA VILELA

Protesto dos alunos de Artes do Corpo em frente à Reitoria

## Reitoria fecha disciplinas de Artes do Corpo e alunos protestam

Na semana passada, diversos espaços do campus Monte Alegre da PUC-SP foram ocupados por uma performance dos alunos do curso de Artes do Corpo. Bradando frases como "Queremos estudar" e "Não deixem as Artes do Corpo morrer", dezenas de alunos, todos de preto, reuniram-se na Prainha, na quadra, em frente à reitoria e em frente à SAE. Os estudantes protestavam contra as 11 disciplinas de seu curso que foram fechadas arbitrariamente e também exigem uma comunicação direta com a reitoria, que ainda não deu qualquer explicação.

A performance chamou a atenção de toda a universidade. Muitos alunos sequer conhecem o curso de Artes do Corpo ou nutrem certo preconceito em relação às atividades que realizam no campus. Nesses dias, entretanto, ficou claro o quanto as políticas financeiras adotadas pela PUC-

SP atualmente têm penalizado todos os cursos.

Após o ato de protesto, os alunos de Artes do Corpo lançaram um abaixo assinado para pressionar as instâncias superiores da universidade para que os critérios que orientaram as decisões tomadas sejam esclarecidos e que possam tomar as providências necessárias para atender as demandas dos alunos, que foram diretamente prejudicados.

"Quando num ambiente universitário, o financeiro se sobrepõe ao acadêmico, algo deve ser questionado sobre seu papel no processo de construção do

conhecimento. O curso de Comunicação das Artes do Corpo pode não agregar valor financeiro à universidade, mas sem dúvida agrega valor intelectual e prestígio. A universidade deveria sentir-se honrada por abrigar um curso sem pares no mundo, reconhecido nacional e internacionalmente", afirma o texto que explica a petição. O abaixo assinado encontra-se em: [https://secure.avaaz.org/po/petition/Pontificia\\_Universidade\\_Catolica\\_de\\_Sao\\_Paulo\\_Reabram\\_as\\_disciplinas\\_fechadas\\_do\\_curso\\_de\\_Co\\_municacao\\_dasArtes\\_do\\_Corpo/?pv=7](https://secure.avaaz.org/po/petition/Pontificia_Universidade_Catolica_de_Sao_Paulo_Reabram_as_disciplinas_fechadas_do_curso_de_Co_municacao_dasArtes_do_Corpo/?pv=7)

**PUCViva** Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

**Editor:** Valdir Mengardo

**Reportagem:** Andressa Vilela, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

**Fotografia:** Marina D'Aquino

**Projeto Gráfico, Edição de Arte e**

**Editoração:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

**Conselho Editorial:** Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octávio de Souza e Victoria C. Weischtordt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

**Apropuc:** Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

**Afapuc:** Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

**PUCViva:** 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

# Frente de Esquerda participa de ato das instituições privadas de ensino

Reunidos, na semana retrasada, professores e estudantes da PUC-SP analisaram a situação do ensino brasileiro, relacionando-o com a conjuntura política atual onde as forças reacionárias do país impõem um retrocesso às condições trabalho de professores e funcionários. Nesse momento optou-se pela formação de uma Frente de Esquerda que direcionasse as lutas dentro da universidade.

Como uma das primeiras atividades da Frente decidiu-se pela participação no ato de quinta-feira, 27/8, que os estudantes das instituições privadas de ensino realizarão, na Rua Vergueiro, em São Paulo, contra a política econômica do governo que penaliza amplos setores da sociedade, especialmente a classe trabalhadora, afetando a educação de uma forma direta. Hoje se torna mais do que evidente a contradição entre a Pátria Educadora e a política econômica do go-

verno que cortou algo em torno de oito bilhões de reais do orçamento para a educação.

As medidas econômicas ditadas pelo governo federal colocam as instituições de ensino em uma situação poucas vezes encontradas na sociedade brasileira. Na PUC-SP esse quadro é agravado pela repressão imposta por uma reitoria que não tem o reconhecimento da comunidade, uma vez que foi a última colocada na votação de 2012. A sustentação dessa situação só foi possível através de atos repressivos para tentar calar a voz de professores, estudantes e funcionários, além de precarização dos trabalhos de funcionários terceirizados e arrocho salarial dos professores ingressantes.

Por tudo isto a participação da PUC-SP neste ato é extremamente justificada. A PUC-SP que já teve uma história de lutas contra governos ditatoriais e repressivos não pode se

calar diante de tamanhas atrocidades que hoje ocorrem dentro e fora de seus muros. Por isto a Frente de Esquerda da PUC-SP conclama a comunidade a participar desta manifestação.

## PREPARAÇÃO

Neste sentido as representações de alunos e professores estarão organizando, no dia 26/8, quarta-feira, na véspera do ato das privadas, dois atos preparatórios no campus Monte Alegre.

Logo pela manhã, às 9h, haverá uma concentração na Prainha com o microfone aberto para professores, alunos, ex-alunos, funcionários da universidade e terceirizados, além de outros convidados. Nesse evento acontecerá também uma performance dos alunos de Artes do Corpo.

À noite acontece outro ato também na Prainha, a partir das 18h30. Estes atos deverão se posicionar contra a mercantilização da educa-

ção, cortes de bolsas, contra o mestrado profissionalizante e o valor das mensalidades, além de denunciar a precarização do ensino e do trabalho na PUC-SP e nas demais universidades.

Em um momento em que a autonomia universitária e as conquistas democráticas estão ameaçadas é preciso que a resistência da universidade tenha como norte a luta que vem sendo desenvolvida pelas universidades públicas federais, hoje em greve.

# 24/8

**Reunião da  
Frente de Esquerda  
da PUC-SP**

**ORGANIZAÇÃO DO ATO DAS  
INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO  
E DOS ATOS NA PUC-SP**

**Sede da APROPUC  
às 18h**

## Plano Estadual de Educação em debate na Alesp

No dia 26/08, quarta-feira, às 18 horas, no Auditório Teotônio Vilela, da Assembleia Legislativa, Alesp, começa a discussão do Plano Estadual de Educação.

Três projetos foram apresentados e serão discutidos. O primeiro é o PL 1035, protocolado em 24/06 pela bancada do Psol, construído pelo GT de Política Educacional da Adusp em colaboração com membros de algumas entidades educacionais como a Ação Educativa, a Campanha, o Fórum-Eja SP, o Insti-

tuto Paulo Freire, a Adunesp, o Cedes, o Fórum Paulista de Educ. Inf., o MOVA-SP e a Adunicamp. O segundo é o PL 1083 protocolado pelo governo Alckmin. E o terceiro é um substitutivo protocolado pela bancada do PT, construído pelo Fórum Estadual de Educação de São Paulo (FEE-SP).

A APROPUC estará representada na mesa de discussões do evento, como já esteve em outras oportunidades e o **PUCviva** trará ampla cobertura de todas as discussões.

# FORTALEÇA A LUTA DOS PROFESSORES

**ASSOCIE-SE À APROPUC  
Defenda seus direitos**

**Basta entrar no site [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br),  
escrever para [apropuc@uol.com.br](mailto:apropuc@uol.com.br), telefonar para  
11 3872-2685 ou inscrever-se na  
sede da entidade, à Rua Bartira 407**



## GAUCHE NA VIDA

# Agenda Brasil: o verdadeiro golpe

**Juliano Medeiros**

Escrevi num artigo, tempos atrás, que nem toda crise leva a transformações. Mas não há transformações que não sejam precedidas por crises. A qualidade das crises, isto é, aquilo que está por trás de sua expressão fenomênica, anuncia a natureza das transformações resultantes. A oposição de contrários dá origem a novas sínteses que se apresentam, no nível da aparência, como "solução" para as crises.

Usando exemplos históricos: a solução para os impasses do desenvolvimento capitalista brasileiro, no final do século 19, foi a abolição da escravidão e a proclamação da República. Para os impasses envolvendo a proposta de reforma agrária e o consequente rompimento do nexo de dominação exercida pelas oligarquias agrárias sobre as populações camponesas, em 1964, a saída foi o golpe civil-militar. Para as contradições que opunham o desenvolvimento do capitalismo russo e a existência da autocracia czarista, a saída foi a revolução.

Como vemos, as crises geram novas sínteses. E elas nem sempre são positivas, do ponto de vista das classes trabalhadoras. Aos grandes pactos realizados pelas elites para viabilizar as transformações necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, Lênin denominou "via prussiana". Carlos Nelson Coutinho, por sua vez, generalizou o conceito ao analisar as fases do capitalismo brasileiro, onde cada transição se processou também segundo o modelo da "modernização conservadora" prussiana.

No Brasil do século 21, após um ciclo de expansão capitalista que assegurou algum nível de distribuição de renda, vivemos um momento de profundas transformações. Incapaz de manter os níveis de reprodução do período anterior, o capitalismo brasileiro entrou em crise. Essa crise, como sabemos, deriva de fatores exógenos, mas que encontraram terreno fértil na frágil estrutura de nosso capitalismo.

Como costuma acontecer, a crise econômica se converteu em crise política. Em momentos de expansão capitalista, as crises políticas são facilmente debeladas. Vide o "mensalão" e a reeleição de Lula apenas um ano após as denúncias de compra de votos de parlamentares. Agora que o capitalismo brasileiro vive aos tropeções, a crise política ganha dimensões muito mais severas e alimenta a pressão da burguesia para a promoção de ajustes ainda mais profundos.

Dilma e o PT, como também sabemos, cederam desde o primeiro momento. Seu governo promoveu a retirada de direitos dos trabalhadores, privatizou, cortou o orçamento de áreas estratégicas ao desenvolvimento nacional, permitiu a redução de salários de determinados setores da economia. Seguiu à risca a cartilha do mercado. Com isso, estavam convencidos de que seriam poupados.

Ainda assim, a burguesia queria mais. Exigia a retirada de todo e qualquer entrave à retomada da expansão capitalista: a regulamentação das terceirizações, o fim das leis ambientais, a redução da idade mínima para

a exploração da mão de obra jovem, o fim da proteção às terras indígenas. O governo, num primeiro momento, resistiu. O PT chegou, inclusive, a criticar a proposta de terceirização num programa de TV.

O fantasma do "golpe", no entanto, seguia cercando o Palácio do Planalto. Dilma e o PT corriam o risco de serem escoraçados do governo? Não sabemos. De fato, a elite brasileira não tem qualquer pudor quanto à preservação das regras do jogo. A única regra que importa, para ela, é lucrar sempre e mais. Mas pode ser que tudo não passasse de jogo de cena. Não há como saber.

Diante disso, havia duas opções: fazer aquilo que não foi feito em doze anos, isto é, apoiar-se na mobilização popular para promover uma agenda de reformas estruturais, ou ceder ainda mais, ou seja, ceder tudo.

A Agenda Brasil, divulgada nesta semana, sacramenta a segunda opção. É a viabilização de uma "via prussiana" para a superação da crise, isto é, um novo pacto conservador para assegurar as condições de um novo ciclo de expansão capitalista, com apoio do moribundo governo Dilma.

Com isso, ela será poupada. Afinal, já não oferece resistência à agenda da burguesia brasileira. A síntese para a contradição que o capitalismo brasileiro vive é a fusão programática e ideológica entre o PT e a burguesia que, até ontem, ameaçava enxotá-lo do governo.

Mas e o golpe? Alguns setores da burguesia brasileira seguirão agitando

teses como a do impeachment de Dilma. Mas esses setores foram isolados. O pacto conduzido por Dilma, Renan Calheiros e Joaquim Levy é o verdadeiro golpe. Golpe contra a democracia e os direitos. Pacto firmado sob os auspícios das entidades patronais (como demonstra a nota da Fiesp e Firjam), a grande mídia (como atesta o editorial da Rede Globo contra o impeachment) e os velhos partidos da ordem.

Como disse um companheiro recentemente: se vão os anéis, os dedos e tudo mais. O jogo, claro, ainda está sendo jogado e o pacto representado pela Agenda Brasil (mais retirada de direitos, destruição da legislação ambiental, privatização do SUS etc.) não é a única saída em debate.

Caberá aos que lutam em defesa das maiorias se mobilizarem para derrotar o pacto promovido entre a burguesia brasileira e o governo Dilma. Só assim a saída para a crise poderá ser aquela desejada pela esquerda: desenvolvimento com justiça social e mais direitos.

*Juliano Medeiros é historiador e membro da Executiva Nacional do PSOL.*

**Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.**

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Greves explodem por todo o país

A revolta de trabalhadores contra as medidas de arrocho implementadas pelo governo federal e empresas privadas ganha cada dia mais força: a paralisação na General Motors em São José dos Campos já completa mais de dez dias. Enquanto isso, na Volkswagen de Taubaté, os trabalhadores também iniciaram uma greve contra dispensas de pelo menos 50 trabalhadores.

Em relação à GM, que fez 798 cortes na semana passada, não houve acordo em audiência de conciliação realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho. A empresa chegou a oferecer um salário extra para cada demitido, mas a proposta foi recusada.

Os metalúrgicos da Volks, por sua vez, já haviam rejeitado uma proposta da que previa substituição de um reajuste já acertado (inflação mais aumento real de 2%) por um abono, sem incorporação nos salários, programa de demissões voluntárias e antecipação de aposentadorias (item que possibilitaria a saída de 100 trabalhadores por ano). A empresa alegou necessidade de flexibilizar a produção.

## OUTRAS GREVES

No Rio Grande do Sul, professores, funcionários da saúde e policiais civis e militares decidiram, no dia 18/8, suspender suas

atividades por três dias, em protesto contra o governo de José Ivo Sartori (PMDB).

Os funcionários protestam contra o parcelamento de salários, congelamento de reajustes e mudanças na aposentadoria, medidas que Sartori tomou para enfrentar a crise do Estado, que resultou no bloqueio das contas pelo governo federal.

Os docentes e servidores federais também seguem em greve, que já dura três meses. Estudantes de todo o país se somaram às manifestações, em alguns

lugares ocupando a reitoria ou até mesmo deflagrando greve.

Na última semana, a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Federal do Ceará (UFC) aprovaram a greve estudantil em assembleias com a presença de mais de mil pessoas, aumentando a mobilização em torno da pauta da educação pública, gratuita e qualidade. Entre as reivindicações estudantis específicas, estão questões como estrutura, pagamento de bolsas em dia, e a crítica aos cortes orçamentários por conta do Ajuste Fiscal.



## Milhares tomam as ruas contra a direita

Na quinta-feira, 20/8, milhares de pessoas protestaram contra a onda conservadora que setores de direita querem impor ao país e contra medidas anti-soci-

ais com que o governo Dilma "presenteia" aos trabalhadores, como o ajuste fiscal. Na foto acima os manifestantes em São Paulo chegaram em passeata à Av. Paulista.

## Indígenas protestam contra presidente do Equador

No dia 13/8, a jornalista brasileira Manuela Piqç Lavinás, foi detida pelo governo do presidente do Equador Rafael Correa em um centro de detenção para pessoas com situação migratória irregular. Segundo contou ao jornal Folha de S. Paulo, a jornalista não pode sair de um quarto e teve acesso restrito a seus advogados. Quatro dias depois, foi decidido que Manuela não seria deportada.

A jornalista foi presa enquanto participava de um protesto contra o presidente, ao lado de lideranças indígenas e organizações sindicais e políticas, que exigiam o fim da violência contra a população nativa e que o governo liberte os mais de 100 indígenas e ativistas presos. Os indígenas exigiam também uma reforma agrária e uma educação intercultural bilíngue.

Outros pontos foram levantados pelo restante da população, como impedir a reeleição indefinida para a presidência, uma auditoria do contrato de estatais e o livre acesso às universidades.

## Educadores marxistas sofrem rechaço em Salvador

O NEAM, Núcleo de Estudos e Pesquisa em Aprofundamentos Marxistas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da PUCSP e a APROPUC divulgaram apoio à Nota da Associação Brasileira de Educadores Marxistas, que se

posiciona contra a demissão de professores.

A nota afirma que "a Associação Brasileira de Educadores Marxistas (ABEM) vem a público repudiar as demissões sumárias e absurdas dos professores Jaíra Capistrano de Cruz Soares

(área de História) e Sandro Santa Bárbara (área de Ciência Política), efetuadas no último dia 27 de julho de 2015 pela Reitoria da Universidade Católica do Salvador. A razão das demissões foi a opção teórico-metodológica de ambos os docentes pelo

marxismo. Trata-se de uma afronta à liberdade de expressão e à autonomia docente, num quadro de agravamento da onda reacionária que vem se ampliando no país e com a qual a Universidade Católica de Salvador parece se alinhar".

# ROLA NA RAMPA

## Em Sorocaba persiste a dúvida sobre contratos docentes

A APROPUC reuniu-se esta semana com o secretário executivo da Fundasp padre Rodolpho Perazzolo que colocou novamente que a redução de vários contratos docentes em Sorocaba deveu-se à não existência de fichas cadastrais naquela unidade.

Em Sorocaba, porém, os professores recorreram da decisão e justificaram individualmente seus contratos. Uma pequena parcela dos docentes aceitou a redução, porém a grande maioria não concordou com os critérios utilizados e enviou as suas justificativas à Divisão de Recursos Humanos (DRH).

Entre os docentes persiste

uma grande inquietação, pois, até agora, não houve por parte da mantenedora uma resposta sobre os pedidos de revisão de cada docente. O temor é que eles somente tomem conhecimento de seus novos contratos quando receberem os salários.

### 7,66% em Sorocaba

A APROPUC levantou também a questão dos professores de Sorocaba, que ficaram fora do Acordo referente aos 7,66% porque o Sinpro-SP não contactou o Sinpro-Sorocaba para a inclusão dos professores de lá na ação coletiva. Para o secretário-executivo legalmente eles es-

tão fora com o que a APROPUC não concordou, lembrando que, na época, a Fundasp chegou a celebrar acordo extrajudicial com professores daquele campus, e que agora os professores que não assinaram ficaram excluídos e prejudicados. Padre Rodolpho comprometeu-se a pensar sobre a questão. Por outro lado a APROPUC continua questionando judicialmente o Sinpro-SP sobre alguns pontos da proposta que não foram consensuais, como o pagamento do INSS por parte dos docentes e o pagamento da dívida para os dependentes de professores falecidos.

## Fundasp apresenta plano de desligamento aos 75 anos

O secretário-executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo, informou que a proposta que prevê o desligamento compulsório de professores e funcionários aos 75 anos deverá ser encaminhada ao próximo Consun (26/8) pela reitora para debate dos conselheiros. Em maio, a Fundasp chamou a APROPUC para discutir esta proposta. A diretoria da entidade estudou a proposta, avaliou suas consequências e retornou à Fundasp solicitando a divulgação da mesma para um amplo debate com a comunidade acadêmica.

## 50 anos do TUCA lembrados em exposição

O Museu da Cultura, em parceria com o Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol), homenageia os 50 anos da história artística e política do Teatro da Universidade Católica de São Paulo (TUCA), expondo memórias, acontecimentos e pronunciamentos sobre a importância do teatro no país, principalmente na época da Ditadura Civil-Militar, quando foi alvo de dois incêndios criminosos, até hoje registrados em suas pa-

redes. O TUCA é até hoje o espaço de coragem diante dos temores, das inquietações frente a acomodações e consolida o estilo PUC-SP de realçar suas tradições em defesa da liberdade e de inventar existências inquietantes. A exposição tem início em 25/8 e vai até o dia 9/10, e fica aberta entre 10h e 19h a todos os interessados. No dia 25, ainda, haverá a abertura oficial da exposição, às 19h30.

## Vaga de estágio na Rede PUC

Estão abertas as inscrições para estágio de alunos dos cursos de Jornalismo, Mídias Digitais, Artes do Corpo, Jogos Digitais, Publicidade e Propaganda e Tecnologia e Mídias Digitais na Rede PUC. As inscrições poderão ser feitas até o dia 27/8 no endereço <http://oportunidades.pucsp.br/empregos/vaga/190530/estagio-em-jornalismo-multimeios-e-publicidade-e-propaganda-com-em-artes-do-corpo>

jogos-digitais-tecnologia-e-midias-digitais.html, ou na Coordenadoria Geral de Estágios, no subsolo do Prédio Novo. É necessário estar cursando preferencialmente o 2º ou 3º ano dos cursos mencionados. Serão 5 vagas, com carga horária de 20h/semana, de 2ª a 6ª. As atividades realizadas incluem concepção, produção e edição de vinhetas gráficas, imagens e reportagens.

## Conferência sobre Seguridade Social pós-crise de 2008

No dia 17/9, às 19h, acontece a conferência Seguridade Social e Reconfiguração das Relações de Trabalho Pós-Crise de 2008, com a Profa. Dra. Raquel Varella, da Universidade de Lisboa – Portugal. O evento será no

auditório 239, e organizado pelo Curso de Graduação em Serviço Social (PUC-SP), Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PUC-SP) e Núcleo de Estudos e Pesquisa em Aprofundamento Marxista (NEAM).

## Oficinas Psicopedagógicas aos alunos da PUC-SP

O PAC, Setor de Atendimento Comunitário, em parceria com o Instituto Sedes Sapientiae, oferecerá a partir do dia 1/9 Oficinas Psicopedagógicas aos estudantes da PUC-SP que apresentam dificuldade de aprendizagem. As oficinas

serão gratuitas e proporão atividades que potencializem o processo de ensino-aprendizagem. As inscrições deverão ser feitas pelo email [pac.procrs@pucsp.br](mailto:pac.procrs@pucsp.br) até o dia 31/8, com limite de vagas.

## Correção

Ao contrário do que afirmamos em nossa edição anterior a ABEPSS já realizou o seu XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPSS) no período de

30/11 a 4/12/2014, na UFRN, em Natal, com o tema Lutas Sociais e Produção do Conhecimento: "Desafios para o Serviço social no contexto da crise do capital".